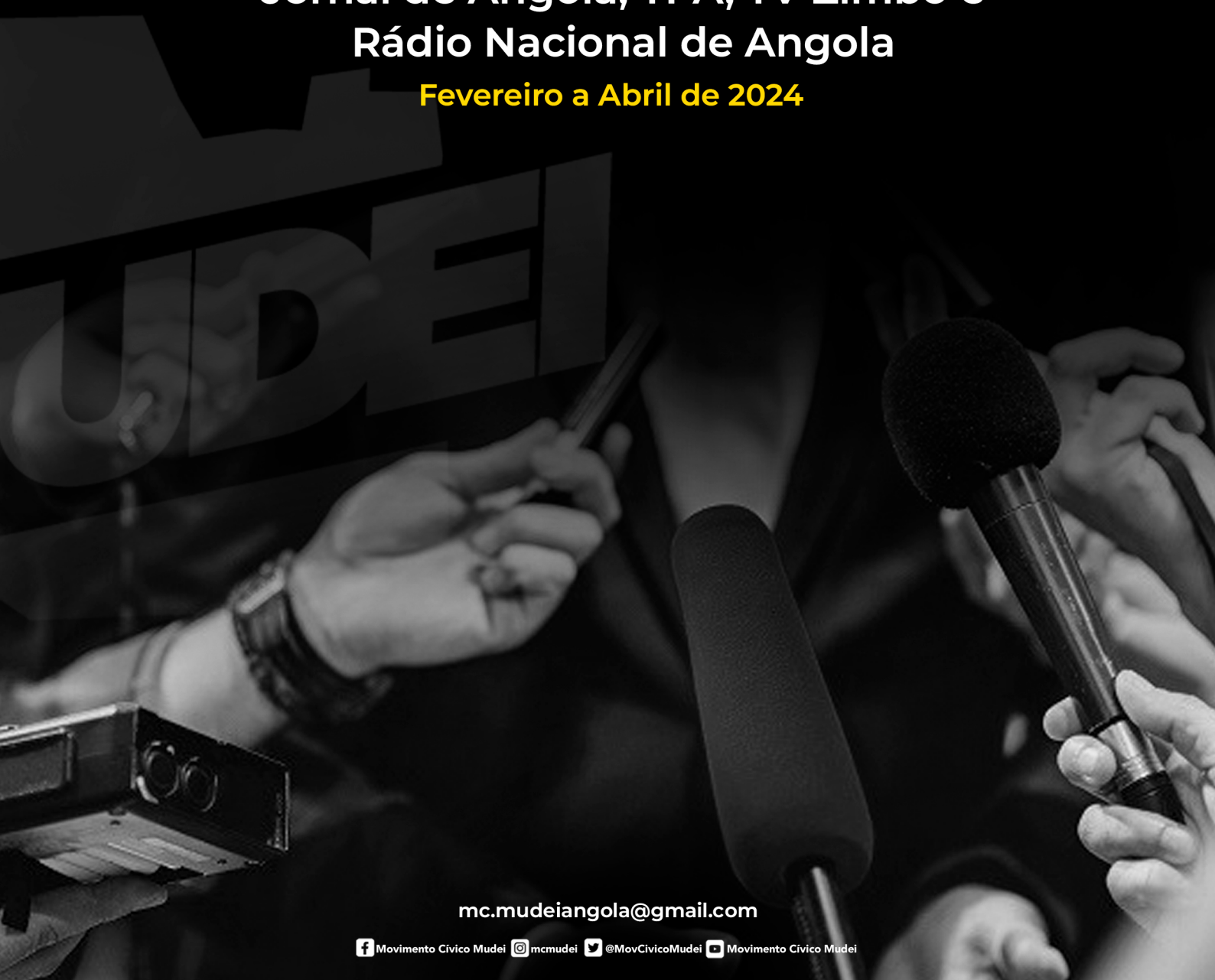




MONITORIA DE IMPRENSA

Jornal de Angola, TPA, TV Zimbo e
Rádio Nacional de Angola

Fevereiro a Abril de 2024



mc.mudeiangola@gmail.com

 Movimento Cívico Mudei  [mcmudei](#)  [@MovCivicoMudei](#)  Movimento Cívico Mudei



► Antecedentes

Este documento dá continuidade ao trabalho apresentado no Relatório de Análise da Monitoria de Imprensa, para o período Novembro 2023-Janeiro 2024, pelo Movimento Cívico Mudei, e que era já um desenvolvimento da monitoria de imprensa feita durante a campanha eleitoral de 2022.

Como referido nos relatórios anteriores, esta linha de trabalho resulta do Mudei considerar a comunicação social como um pilar incontornável de um processo político aberto e plural. A exigência pelos cidadãos e pelas instituições públicas com mandato e obrigação para tal, poderão ser um dos instrumentos chave para transformar o deplorável panorama observável na comunicação social pública angolana - e na TV Zimbo que, não sendo pública, funciona sob controlo e financiamento estatal.

Os dados apresentados neste relatório e nos anteriores, permitem caracterizar a acção dos órgãos monitorados - TPA, Jornal de Angola, Rádio Nacional e TV Zimbo - como de, em grande medida, propaganda do governo e só raramente ao serviço da informação do público.

Neste relatório apresentam-se os dados gerados a partir da observação do que foi publicado/difundido no período que vai de 1 de Fevereiro a 30 de Abril de 2024. O Mudei agradece a cobertura mediática dada ao relatório do período Novembro 2023 - Janeiro 2024 e aos comentários que recebemos ao trabalho feito. Confirmando o que tem sido constatado, os órgãos monitorados neste trabalho, ignoraram os dados que lhes foram enviados pelo Mudei, assim como os relatórios e as cartas alertando para



TV ZIMBO

Jornal de Angola

os desvios praticados, em relação à lei e à deontologia jornalística. A Entidade Reguladora da Comunicação Social em Angola (ERCA) ignorou também os dados, relatório e carta enviados, sobre as constatações que demonstram a parcialidade sistemática dos órgãos monitorados, ignorando o que está definido em múltiplas leis.

O Mudei continuará a contribuir para que se concretizem em actos as palavras proferidas por João Lourenço, no seu discurso de tomada de posse, de há seis anos, quando referiu ter *"consciência de que há muito para fazer"*, no domínio da Comunicação Social, para que os *"... angolanos tenham acesso a informação fidedigna em todo o território nacional"* e apelamos, como ele, aos *"servidores públicos para que aprendam a viver com a crítica e com a diferença de opinião, favorecendo o debate de ideias, com o fim último da salvaguarda dos interesses da nação e dos cidadãos"*¹. Como demonstraremos abaixo, não só a Comunicação Social Pública continua a conviver mal com a crítica e diferença de opinião, como tem uma acção selectiva e tendenciosa em relação aos factos que noticia (ou oculta), muito longe, portanto da *"salvaguarda dos interesses da nação e dos cidadãos"* referidos no discurso.

¹Discurso de tomada de posse de João Lourenço no seu primeiro mandato, onde foi aplaudida a passagem acima sobre aprender-se a viver com a crítica e a diferença de opinião.



Metodologia

Uma descrição mais detalhada da metodologia foi incluída no relatório do trimestre Novembro 2023 a Janeiro 2024 cabendo aqui recordar que se monitoraram quatro órgãos de comunicação social: 1. Televisão Pública de Angola (TPA), 2. TV Zimbo, 3. Rádio Nacional (RN), e 4. Jornal de Angola (JA). Em cada um deles mediu-se o peso relativo dado a diferentes actores, nos espaços principais: os telejornais da noite, o noticiário do meio-dia e a capa e contra-capa do jornal. Mediram-se as durações, em minutos e segundos (nas televisões e rádio) e as áreas, em centímetros (no caso do JA), dedicada a cada matéria.

O objectivo do estudo

Este trabalho visa quantificar o tempo espaço dedicado aos diferentes actores, por um grupo seleccionado de Órgãos de Comunicação Social (OCS). Pretende-se com estes dados oferecer uma base que sirva de contribuição para o teste da hipótese de haver um viés por detrás das decisões editoriais: o que é coberto, o que é ignorado e a perspectiva adoptada na forma como se tratam as matérias. Deste modo, pretende-se testar e quantificar o que já é percepção pública: parcialidade sistemática na cobertura das matérias. Em última instância, pretende-se que a exposição da realidade do que são as práticas daqueles órgãos contribua para que os órgãos reguladores ajam, e que os próprios órgãos evoluam.

Como referido no relatório anterior, visa-se emendar comportamentos e contribuir para a melhoria da qualidade da comunicação social.

Limitações

A equipa tem-se esforçado para aperfeiçoar o trabalho de classificação e, em função dos comentários recebidos e dos erros detectados, melhorar a análise.

A observação está concentrada nos espaços nobres - estratégia adoptada por limitação de recursos e por serem os espaços que atingem um público mais vasto - pode não ilustrar completamente o nível de (im)parcialidade na cobertura dos diferentes acontecimentos e opiniões pois alguns dos assuntos não realçados nos espaços monitorados podem ser tratados noutros espaços de cada um dos órgãos. Não foi ainda montada uma forma de sistematicamente identificar os acontecimentos públicos que são ostensivamente ignorados pelos órgãos monitorados, algo que será desenvolvido no futuro.

Em alguns dos dias não foi possível obter a gravação completa dos noticiários. Sendo casos raros os dias em que isto ocorreu, consideramos não ser relevante para a panorâmica apresentada abaixo.

A expectativa deste trabalho poder alimentar mais debate e aprofundamento das análises iniciadas, não se realizou completamente.

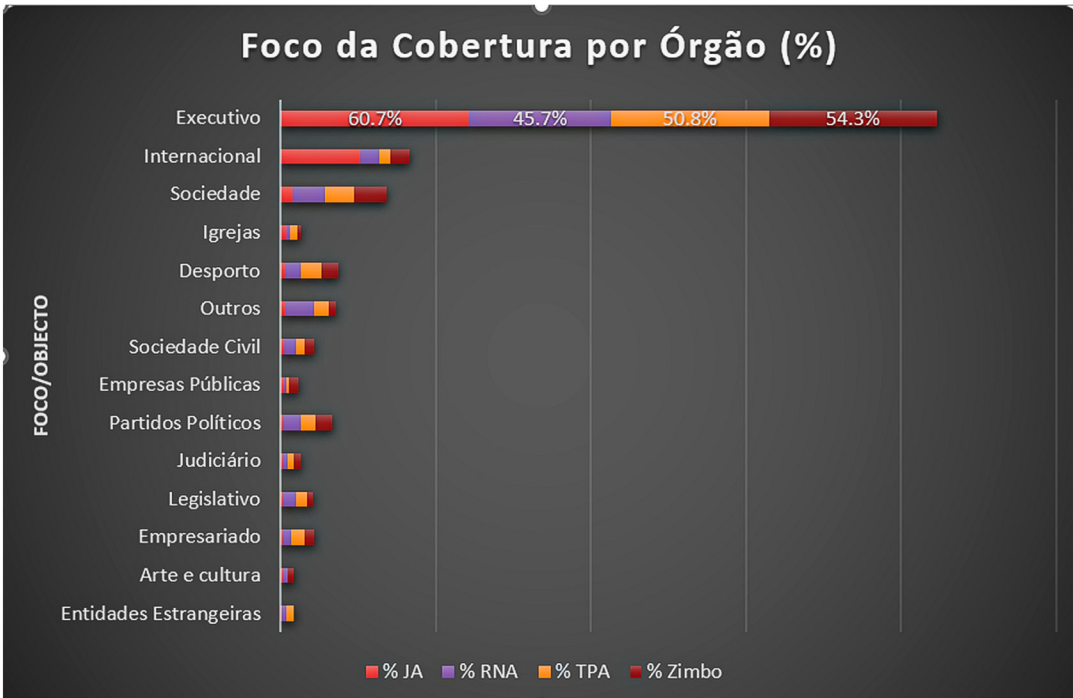


Foi, por isso, frustrante não ouvir nenhuma reacção por parte da ERCA nem de nenhum dos órgãos monitorados ao relatório do período Novembro 2023 - Janeiro 2024 e aos argumentos ali apresentados. Nesse sentido, o Mudei continuará a buscar formas mais eficazes para alimentar a discussão da situação da Comunicação Social Pública, em Angola. Realçamos, nesse sentido, a excelente contribuição dada nesse sentido pela entrevista a Alves Fernandes no programa Café da Manhã, na Rádio Antena Comercial de 25 de Junho de 2024.

Constatações

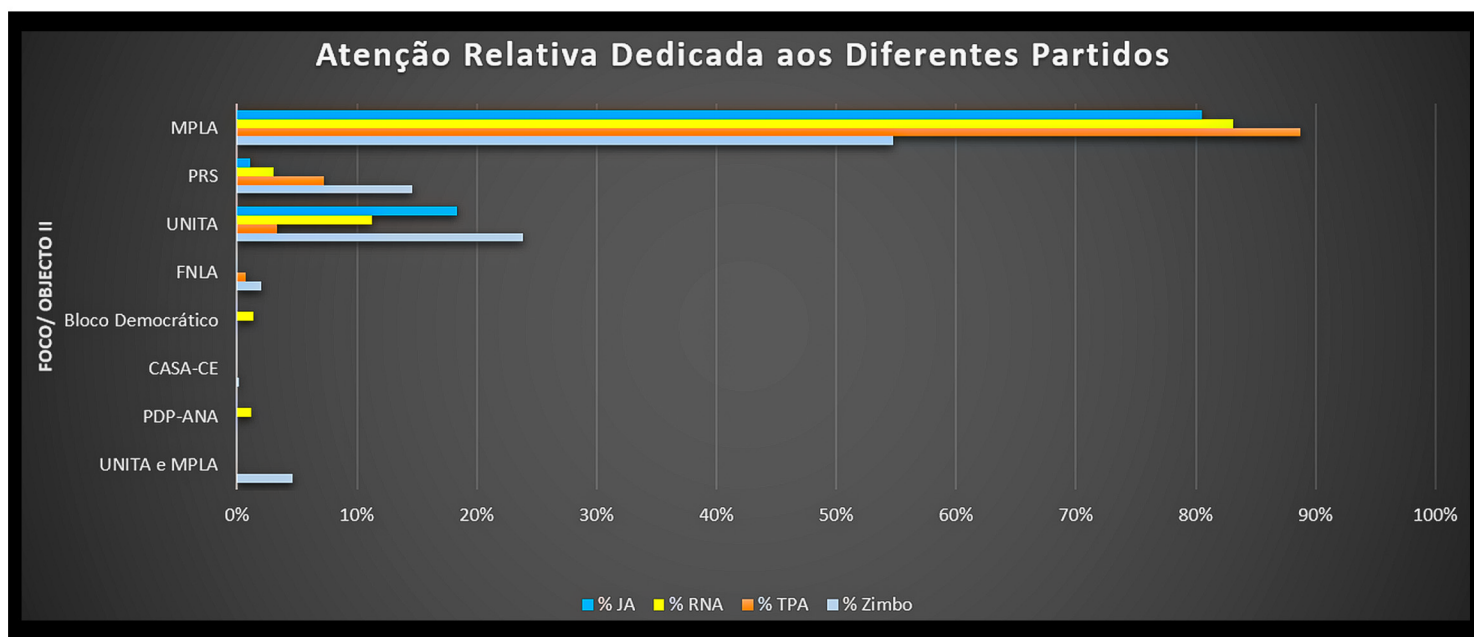
1 Nos órgãos analisados, verificou-se o mesmo padrão já observado no trimestre anterior de um realce evidente para as acções, opiniões e preocupações do executivo, tanto no número de matérias como no tempo / área por elas ocupado. O executivo ocupou neste trimestre 60,7% das capas do JA, 54,3% na Zimbo, 50,8% na TPA e 45,7% na RNA. A tabela e gráfico abaixo ilustra os resultados.

Foco/Objecto	JA %	Zimbo %	TPA %	RNA %
Executivo	60,7%	54,3%	50,8%	45,7%
Internacional	25,5%	6,0%	3,4%	6,4%
Sociedade	3,6%	10,4%	9,5%	10,6%
Igrejas	1,6%	1,1%	2,5%	1,2%
Desporto	1,6%	5,8%	6,4%	4,9%
Outros	1,4%	2,2%	4,7%	9,4%
Sociedade civil	1,2%	2,9%	3,1%	3,5%
Empresas Públicas	1,0%	3,0%	0,7%	0,9%
Partidos Políticos	0,8%	5,5%	4,8%	5,5%
Judiciário	0,8%	2,5%	1,8%	1,4%
Legislativo	0,7%	1,9%	3,7%	4,0%
Empresariado	0,6%	2,8%	4,5%	2,7%
Arte e Cultura	0,5%	1,7%	0,0%	1,9%
Entidades Estrangeiras	0,0%	0,0%	2,1%	1,9%



2 Continuou a constatar-se a **completa ausência de sentido crítico ou de contraditório**. Não são noticiadas, portanto, quaisquer discordâncias ou erros da acção governativa (assumindo que possam existir), em relação às acções ou ideias do executivo, em contradição com a ideia de ser necessário aprender-se a “viver com a crítica e com a diferença de opinião, favorecendo o debate de ideias”, que citamos na introdução. A visão crítica que o nosso trabalho traz foi também ignorada, apesar do relatório do período Novembro 2023 - Janeiro 2024 ter sido tratada em vários órgãos de imprensa internacional e discutido em rádios privadas locais como a *Luanda Antena Comercial* e a *Rádio Essencial*. Note-se que no caso do Jornal de Angola, que possui uma secção onde publicam cartas dos leitores, poderiam ter colocado um extrato da nossa carta. Mas o sentido crítico ainda não parece ter espaço naquele órgão;

3 Os partidos políticos, explicitamente, continuam com uma presença modesta nos espaços noticiosos monitorados. Importante entender o significado deste “explicitamente” pois, promovendo-se a falta de clareza sobre as fronteiras entre partido no poder e aparelho do Estado, muito do realce dado ao executivo é facilmente associado à formação partidária que o sustenta. As capas do JA foram as que menos trataram dos partidos políticos (embora a secção sobre política, que não foi objecto de uma observação e medição sistemática, sofra do enviesamento referido no relatório anterior e confirmado neste). A Zimbo deu 6,6 % do seu tempo noticioso aos partidos, a RNA deu 5,5%, a TPA 4,7% e o JA 0,8%. Contudo, comparando o espaço dado a cada um dos partidos - em relação ao total dedicado aos partidos - foi, mais uma vez, marcadamente desigual como pode ver-se na tabela e gráficos abaixo:



Nas matérias que tratam expressamente sobre partidos foi dedicado ao MPLA a grande maioria do tempo. Em termos de desequilíbrio a TPA destacou-se, com 88,7% do tempo dedicado ao MPLA (dentro de matérias sobre partidos) seguido por 7,2% ao PRS e 3,3% à UNITA.

4 Os órgãos monitorados continuaram a quase não dar nem espaço nem atenção às organizações sindicais, aos movimentos reivindicativos ou às organizações da sociedade civil, em geral.

5 Continuou, neste período, a verificar-se uma clara diferença entre órgãos sendo a TPA e o Jornal de Angola os mais empenhados na função de relações públicas do governo, apesar de todos os órgãos monitorados estarem longe de cumprirem com os que está legislado e até com a sua linha editorial.

Conclusões

1 No período pós independência, a imprensa cultivou o papel de caixa de ressonância do poder, raramente servindo de espaço para a luta de ideias e expressão de contraditório. Esta visão foi pontualmente desafiada. Uma dessas “primaveras” foi o início do primeiro ciclo de ocupação do cargo presidencial de João Lourenço, mas seguiu-se uma marcada recaída para as práticas do tempo do monopartidarismo, o que mostra a necessidade de mudanças estruturais que nunca ocorreram.

O surgimento de órgãos privados de comunicação social contribuiu para melhorar a diversidade e abertura. Continua no entanto actual a necessidade de se resgatar a Comunicação Social Pública, para a colocar ao “serviços dos interesses da nação e dos cidadãos”. Os recuos - em termos de autonomia editorial - verificados em órgãos intervencionados pelo Estado são um sinal da visão persistente que amordaça os órgãos e os seus profissionais.

2 Na sequência da monitoria de Novembro 23 - Janeiro 24, foram enviados relatórios, dados e cartas a cada um dos órgãos monitorados e também à ERCA. Considerou-se ser esse um passo para trazer factos e argumentos para um debate que é indispensável. Todos os órgãos referidos, e cujo trabalho se relaciona com comunicação, não foram capazes de comunicar a sua perspectiva em relação às evidências e perspectivas apresentadas. É particularmente grave a omissão da ERCA, face à parcialidade com que funciona a CSP como face aos apelos e evidências que lhe são entregues para que saiam do papel de regulador de faz de contas;

Dados no período

Durante o período foram analisadas um total de 5 402 notícias distribuídas da forma como se apresenta abaixo. De notar que comparando com o período anterior há, em particular em relação ao Jornal de Angola, um maior número de notícias analisadas, pois no período anterior apenas se analisaram as capas, e agora incluíram-se as contra-capas.

Mês	Jornal de Angola	RNA	TPA	TV ZIMBO	TOTAL GERAL
Fev-24	376	314	625	410	1 725
Mar-24	421	411	663	369	1 864
Abr-24	393	406	598	416	1 813
Total Geral	1 190	1 131	1 886	1 195	5 402

Tabela I - Número de Notícias Analisadas por Mês e por Órgão

Mês	RNA	TPA	TV ZIMBO	TOTAL GERAL
Fev-24	13:29:36	34:01:59	26:58:12	74:29:47
Mar-24	15:28:26	35:04:11	24:30:46	75:03:23
Abr-24	16:56:53	35:42:31	28:34:12	81:13:36
Total Geral	45:54:55	104:48:41	80:03:10	230:46:46

Tabela II - Duração total de período noticioso analisado por Mês e por Órgão

	JA	RNA	TPA	ZIMBO
Máximo	1 692,42	0:58:04	1:33:50	1:48:13
Média	1 514,01	0:34:26	1:09:52	0:53:58
Mínimo	1 324,32	0:17:17	0:36:47	0:00:00

Os mínimos são, no caso da RNA, TPA e Zimbo referentes a dias em que o registo está incompleto ou em falta (Zimbo).

Mês	Jornal de Angola
Fev	42 134,02
Mar	47 827,48
Abr	46 299,23
Total	136 260,73 cm ²

Tabela III - Área Medida por Mês - Jornal de Angola



Tempo total monitorizado:
230 horas, 46 minutos, 46 segundos

Área total medida no Jornal de Angola:
136.261 cm²



Para que Angola Mude